



ILUMINAÇÃO A GAS

A PRIMEIRA tentativa do emprêgo de gás para iluminação, no Brasil, data de 23 de outubro de 1828, quando, por ato do Imperador D. Pedro I, foi concedida ao cidadão Antônio da Costa a faculdade de organizar uma empresa que realizasse êsse serviço no Rio de Janeiro. A cidade deveria ser iluminada com 1.500 lâmpões, "acêsos em tôdas as noites que não fôsem de luar, desde meia-hora precisa depois do sol pôsto até romper o crepúsculo da manhã". Não tendo, porém, Antônio da Costa cumprido a obrigação assumida de começar êsse serviço até outubro de 1830, caducou a concessão.

A segunda tentativa foi na Regência de D. Pedro II. Na conformidade da Lei n.º 66, de 12 de outubro de 1833, que autorizou o Governo da Província do Rio de Janeiro a contratar a iluminação por meio de gás, Charles Grace e William Glegg Gover obtiveram, por Decreto de 9 de maio do ano seguinte, privilégio exclusivo para iluminar, por esse sistema, a Capital do Império e seus subúrbios. Deveriam formar uma companhia de capitais nacionais e estrangeiros, e iniciar o serviço no prazo de dezoito meses, e ir progressivamente aumentando o número de lampiões, de modo que, no fim de dois anos, houvesse, pelo menos, 750 e, no fim de três, 1.500. Nas noites de lua, permaneceriam eles acêssos “durante todo o tempo em que esta não prestasse claridade suficiente”.

Mas tão útil melhoramento não se realizou, continuando a luz mofina e baça dos candeeiros de óleo de baleia do tempo dos Vice-Reis. A propósito, conta-se que um desembargador, que teve de informar sobre a pretensão de Charles Grace e William Glegg Gover, chegou a declarar que estes dois ingleses eram uns impostores, quando se propunham a fazer luz sem torcida! No entender desse magistrado, não podia haver luz sem o grosso pavio de algodão mergulhado no denso azeite de peixe...

Em 1850, apareceram as propostas de Sodré, Dreyfus, A. Milliet & Cia., Charollais Lenoir e de Irenêo Evangelista de Souza (mais tarde Barão de Mauá), para iluminação da cidade por meio de gás hidrogênio carbonado. Sendo a proposta deste último a mais vantajosa, foi aceita pelo Governo, assinando-se a 11 de março de 1851 o respectivo contrato.

Para levar avante o empreendimento, de que se incumbiu e “se responsabilizou por sua pessoa e bens”, formou Mauá a Companhia de Iluminação a Gás, dando comêço, no caminho do Aterrado (atual avenida Presidente Vargas n.º 2.610), à construção do edifício da fábrica de gás, mandando antes aterrar o local, que era alagadiço.

Mas não faltaram tropeços. A notícia da instalação do gasômetro foi recebida com pavor pela população. Agravando o receio de ir a cidade pelos ares, com a “infalível” explosão do gasômetro, sobreveio a febre amarela. Não obstante, prosseguiram os trabalhos e, na noite de 25 de março de 1854, aniversário do juramento da Constituição do Império, o gás, conduzido através de 20 quilômetros de encanamento de ferro, iluminou os primeiros combustores de algumas ruas da cidade: São Pedro, Sabão (ambas desaparecidas com a abertura da avenida Presidente Vargas), Rosário, Ouvidor, Direita (atual rua Primeiro de Março) e o largo do Paço (praça Quinze de Novembro).

Foi, assim, o Rio de Janeiro a primeira cidade do Brasil a ter iluminação a gás.

A gravura, de Jean Baptiste Debret (1768-1848), dá uma idéia de como era o serviço de iluminação pública, antes do advento do gás. Dois negros escravos, um descendo o lampião suspenso no frontespício de uma casa na antiga rua da Ajuda, e outro trazendo à cabeça enorme cangirão de óleo de baleia com o respectivo funil, preparam um candeeiro de quatro mechas para servir à noite.